FÓRUM ESTADUAL PARA ESCUTA CULTURAL DO 2º CICLO DA PNAB – REGIONAL BAIXO ACRE: RIO BRANCO

RELATÓRIO

Data: 11 de junho de 2025
Local: Filmoteca Acreana
Horário: 18h às 22h

Visualizações: 383 (até 02/07/2025)
Participações com registro: 76 presenciais e 21 virtuais

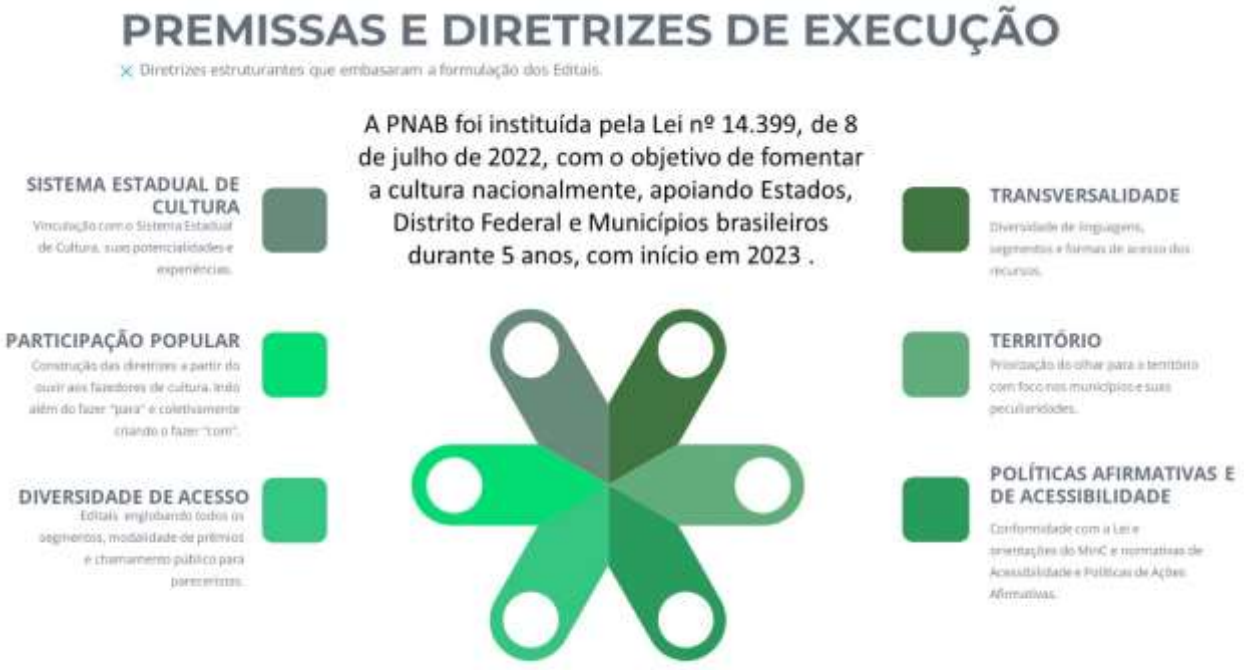
Evento transmitido pelo YouTube do Governo do Acre
https://www.youtube.com/watch?v=lQQ7jQfl4pY&t=467s

Evento transmitido pelo YouTube da FEM
https://www.youtube.com/live/_4IJmGneNPE?si=7kVr72-SlrarzENa

ACOLHIMENTO:
Apresentação musical: Eullis Romão, James Fernandes e Nilton Castro

BOAS VINDAS: Elane Cristine, Chefe do Departamento de Políticas Culturais da FEM
.
SAUDAÇÕES INICIAIS:
Professor Coracy Saboia, Presidente do Conselho Estadual de Cultura - CONCULTURA
Camila Cabeça, Coordenadora do Escritório Regional do MinC no Acre

APRESENTAÇÃO: Plano de Aplicação 2025 – PNAB 2° Ciclo
Anderson Mariano, Diretor Executivo da FEM



POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), criada pela Lei nº 14.399 em 8 de julho de 2022, tem como objetivo promover a cultura em todos os estados, municípios e no Distrito Federal. Com recursos previstos até 2027, alocados no Fundo Nacional da Cultura do Ministério da Cultura, a PNAB representa uma oportunidade histórica para estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura, por meio de repasses contínuos da União aos demais entes federativos. Ao contrário das ações emergenciais da Lei Aldir Blanc 1 e da Lei Paulo Gustavo (LPG), projetos e programas que fazem parte da Política Nacional Aldir Blanc receberão investimentos regulares.

Objetivos transversais da PNAB

- **Fomento**: Incentivar o investimento cultural dos governos federal, estaduais e municipais.
- **Manutenção**: Assegurar a sustentabilidade de agentes, espaços e iniciativas artístico-culturais.
- **Democratização**: Expandir o acesso e a produção cultural em todas as regiões, incluindo periferias e zonas rurais.
- **Ações afirmativas e cotas**: politicas de inclusão e valorização de acordo com as instruções normativas do MINC

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

COMO OS RECURSOS DA PNAB PODEM SER UTILIZADOS

O QUE PODE

FOMENTO CULTURAL, conforme previsto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, XI, XIV, XV, XVI, XVII, art. 5º da Lei 14.399/2022.

OBRAS, REFORMAS, E AQUISIÇÃO DE BENS CULTURAIS, conforme previsto nos incisos VIII, IX, X e XII da do art. 5º da Lei 14.399/2022.

SUBSÍDIO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS, nos termos do art. 5º, inciso XIII art. 7º, inciso I, alínea b e art. 10 e 11 da Lei 14.399/2022.

APOIO À OPERACIONALIZAÇÃO DA PNAB (CUSTO OPERACIONAL), limitado ao valor de 5% do valor ao qual o ente federativo tem direito, conforme previsto no inciso II do parágrafo único do art. 5º da Lei 14.399/2022.

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

POSSIBILIDADES

I - fomento, produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, inclusive a remuneração de direitos autorais;

II - realização de projetos, tais como exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, no País e no exterior, inclusive a cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural;

III - concessão de prêmios mediante seleções públicas;

IV - instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados;

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

POSSIBILIDADES

V - realização de levantamentos, de estudos, de pesquisas e de curadorias nas diversas áreas da cultura;

VI - realização de inventários e concessão de incentivos para as manifestações culturais brasileiras que estejam em risco de extinção;

VII - concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, de criação, de trabalho e de residência artística, no País ou no exterior, a artistas, a produtores, a autores, a gestores culturais, a pesquisadores e a técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no País ou vinculados à cultura brasileira;

VIII - aquisição de bens culturais e obras de arte para distribuição pública e outras formas de expressão artística e de ingressos para eventos artísticos;

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

POSSIBILIDADES

IX - aquisição, preservação, organização, digitalização e outras formas de promoção e de difusão do patrimônio cultural, inclusive acervos, arquivos, coleções e ações de educação patrimonial;

X - construção, formação, organização, manutenção e ampliação de museus, de bibliotecas, de centros culturais, de cinematecas, de teatros, de territórios arqueológicos e de paisagens culturais, além de outros equipamentos culturais e obras artísticas em espaço público;

XI - elaboração de planos anuais e plurianuais de instituições e grupos culturais, inclusive a digitalização de acervos, de arquivos e de coleções, bem como a produção de conteúdos digitais, de jogos eletrônicos e de videoarte, e o fomento à cultura digital;

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

POSSIBILIDADES

XII - aquisição de imóveis tombados com a estrita finalidade de instalação de equipamentos culturais de acesso público;

XIII - manutenção de grupos, de companhias, de orquestras e de corpos artísticos estáveis, inclusive processos de produção e pesquisa continuada de linguagens artísticas;

XIV - proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial, inclusive os bens registrados e salvaguardados e as demais expressões e modos de vida de povos e comunidades tradicionais;

XV - realização de intercâmbio cultural, nacional ou internacional;

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

POSSIBILIDADES

XVI - ações, projetos, políticas e programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XVII - serviço educativo de museus, de centros culturais, de teatros, de cinemas e de bibliotecas, inclusive formação de público na educação básica;

XVIII - apoio a projetos culturais não previstos nos incisos I a XVII deste caput considerados relevantes em sua dimensão cultural e com predominante interesse público, conforme critérios de avaliação estabelecidos pelas autoridades competentes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Ações afirmativas e cotas (IN Nº 10 MINC)

- **Cotas:**
  - Negras: 25%
  - Indígenas: 10%
  - Deficiência: 5%
- **Autodeclaração:**
  - Presumida verdadeira
  - Procedimentos adicionais possíveis
- **Procedimentos Complementares:**
  - Heteroidentificação
  - Carta Consubstanciada
  - Documento de Pertencimento
- **Pontuação Diferenciada:**
  - Valoriza políticas afirmativas
  - Aplica-se a todos os agentes culturais

- Critérios de Seleção:
- Perfil do público
- Perfil do proponente
- Linguagem e temática
- Democratização do acesso

Financiamento e Condicionalidades

Condicionalidade: Os entes federativos devem manter ou aumentar seus próprios investimentos culturais em relação à média dos últimos três anos para serem elegíveis aos recursos da PNAB.

CICLO 1
Valor Total: R$ 16.722.763,81

CICLO 2
Valor Total: R$ 57.956.719,65

VALOR TOTAL ACRE
Valor Total: R$ 74.679.483,50

Serão recursos anuais de até R$ 3 bilhões de reais, totalizando R$15 bilhões de reais ao longo dos próximos anos.

FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR

GOVERNO DO ACRE

DESEMPENHO FINANCEIRO DO ACRE – 1º CICLO

QUEM PODE RECEBER RECURSOS E DESENVOLVER PROJETOS PELA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)?

EM QUAIS AÇÕES E ATIVIDADES PODERÃO SER APLICADOS OS RECURSOS DA PNAB?

As iniciativas culturais incluem apoio à criação e disseminação de obras artísticas, realização de eventos culturais, concessão de prêmios e bolsas de estudo, preservação do patrimônio cultural, construção e manutenção de infraestrutura cultural, desenvolvimento de cultura digital, proteção de imóveis históricos e patrimônio imaterial, promoção de intercâmbios culturais e implementação de políticas culturais. Essas ações visam fomentar a cultura e enriquecer a sociedade.

Execução dos Recursos

Início: Os recursos começarão a ser repassados em 2023, mas a execução efetiva se dará a partir de 2024 com o ciclo até 2027.

Transparência: Acompanhamento da execução dos recursos e dos Planos de Ação através da plataforma Transferegov e do site oficial do Ministério da Cultura.

PROPOSTA DE PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO – PNAB/2025

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	VALORES 2025	%
1. EDITAIS DIRETOS	R$ 12.087.215,66	
1.1Edital de premiação para Povos Indígenas	R$ 1.388.537,12	63%
1.2 Edital premiação para Mestres da Cultura	R$ 1.041.402,84	
1.3 Edital de Bolsa	R$ 458.217,25	
1.4 Edital de Intercâmbio Cultural nacional e internacional	R$ 347.134,28	
1.5 Edital de Formação	R$ 1.041.402,84	
1.6 Edital de Ações Culturais Continuadas	R$ 2.892.785,67	
1.7 Edital de Arte e Patrimônio	R$ 4.686.312,79	
1.8 Edital de Iniciante	R$ 231.422,85	
2. IMPLEMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA (Lei Nº 13.018/2014)	R$ 2.418.768,58	13%
3. SUBSÍDIO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS	R$ 1.270.511,47	7%
4. OBRAS, REFORMAS E AQUISIÇÃO DE BENS CULTURAIS	R$ 2.574.903,40	13%
5. CUSTO OPERACIONAL	R$ 967.507,43	5%
TOTAL	R$ 19.318.906,55	100%

ORIENTAÇÕES - ELANE:

- Propostas serão apresentadas hoje, mas as escutas culturais se estendem até sexta-feira;
- Leila e Elane sábado e domingo fazem o diagnóstico das escutas culturais on-line e presenciais;
- Equipe levará as propostas para Cruzeiro do Sul no domingo, dia 15/6.

DEBATE DO MOVIMENTO CULTURAL

- Coordenação: Professor Coracy Saboia (inscrições) e Cimar Santos.

FALAS:

Marcos Thadeu – Concultura / Música
Foi parecerista, tiveram problemas com relação ao pagamento, por não estar previsto no edital esse pagamento de pareceristas; sugere edital de parecerista porque a lista/cadastro não funcionou e o pagamento de morou de outro a cinco meses (terminaram em setembro e só receberam em fevereiro deste ano), ainda com quatro mil de desconto; se não for possível criar um edital de pareceristas, colocar a previsão desse pagamento dentro dos editais; outra sugestão é quanto a escalada de pontuação, que estava tendo nos descritores, era exponencial, de um pulava pra três, depois cinco etc. e não tinha uma pontuação linear, o que não era interessante para quem estava dando as notas e nem para quem as recebia.

Resposta do Anderson: como já falamos no PAI, será feito edital de pareceristas, mas definitivamente precisa-se encontrar um equilíbrio nessa questão de pareceristas. Primeiramente não queriam ter pareceristas locais porque aqui todos se conhecem, aí fizemos o cadastramento de pareceristas de fora, aí no outro ano não queriam ter pareceristas de fora porque não conhecem a realidade; o meio termo foi no ano passado, no Fundo, aí a Comissão descobriu na prática que não existe uma regulamentação no Sistema Estadual de Cultura para pagamento de pareceristas, o que se tinha era algo voluntario e teve-se que fazer um regimento publicado e assinado pela FEM e pelo Conselho, para dar-se uma certa base jurídica para o pagamento de pareceristas. Se for feito edital será bom, porque seguimos dentro do marco regulatório; havíamos pego na íntegra os critérios do Ministério. Há um grupo de interesses em todo o Brasil, que participam desses editais, que tem currículos muito bons, já foram pareceristas de diversos lugares, doutores e tal e acabam participando de todos os processos. Para diminuir um pouco isso, vamos fazer um bônus regional e dar uma pontuação pra aqueles que são locais, que conhecem a realidade, a cultura local, para termos ao menos agentes locais avaliando os projetos daqui.

Professor Coracy – esclarece que foi a primeira vez que participou como parecerista e nem sabia que seria remunerado.

Lenine Alencar – Comitê de Cultura do Acre:
Sobre pareceristas, existe sim um lobby de pareceristas sendo montado e que estão articulando, como fizeram pra entrar no Plano Nacional de Cultura, o que nos traz problemas, porque começa a aparecer pareceristas de vários estados e que não dão conta do trabalho, porque se envolvem em muitas coisas. E a gente tem que buscar critérios para a escolha desses pareceristas. Por que não criar um banco de pareceristas da Amazônia? Possibilitaria um troca de pareceristas dentro da Amazônia.
Outra questão, como há um aporte maior de recursos, poderia se pensar em aumentar o teto dos projetos; Rio Branco mantém um descrédito com relação aos municípios e isso precisa ser analisado estatisticamente, devido à demanda; 50% dos projetos apresentados são de Rio Branco; entretanto, deve-se sim, pensar nos municípios, em suas necessidades e no montante para os municípios, a ser discutido pelos próprios gestores de cada município.
Projetos devem ser analisados a partir da expertise da equipe que compõe, evitar a concentração de recursos.

Queli Carvalho – Concultura / Artes visuais
Concorda com a questão dos pareceristas e de que quem for para os editais seja realmente expert e tenham currículo divulgado pela FEM; já que serão contratados com recursos públicos, os fazedores de cultura precisam saber quem estará avaliando seus projetos;
Pede esclarecimentos ao Diretor Executivo sobre o intercâmbio, se será só nacional e internacional, se fica fora intercâmbio municipal e interestadual.
Sugestão de tirar um pouco do recurso que está para obras e reformas, porque já é responsabilidade do estado dar essa contrapartida mínima para cuidar de seus bens, principalmente os tombados. O valor para intercâmbio é pouco, para sair para Cruzeiro, pra Bolívia ou qualquer canto.

Antônio Rocha – Dança
Sugere que fique claro no edital "intercâmbio intermunicipal";
Estabelecer critérios para pareceristas, porque temos uma suposta máfia espalhada pelo estado inteiro. Criar mecanismos para fiscalizar essa suposta máfia. É preciso ser justo na aplicação do dinheiro público, evitar favorecimentos e apadrinhamentos.

Professor Coracy – pede que se tenha muito cuidado com as críticas, foi parecerista e às vezes sente-se ofendido, pois analisou 140 projetos e todos foram aprovados; e devemos verificar se há máfia e denunciar.

Anderson – no início já havia falado que é preciso achar um equilíbrio nessa questão de pareceristas; a Elane foi a Presidente da Comissão e nesse último era uma comissão da sociedade civil (Professor Coracy, Marcos Thadeu, Mirna e Karla, fazedores de cultura) e servidores da FEM, que não recebem para fazer isso; anteriormente era um pessoal de fora; nesses últimos, edital do Fundo e PNAB 1 foram 7 membros indicados pela da sociedade civil e sete membros da FEM e precisamos mesmo melhorar os processos, só critérios de avaliação, muita coisa precisa melhorar.

Mirna Naiara Campos do Rosário – Culturas Populares / Povos originários
Sobre pareceristas, desde 2022 pela proximidade com os povos indígenas, vem atuando como parecerista nos projetos indígenas e agora conseguiram a conquista de os pareceristas que avaliam os projetos indígenas serem pagos, até o ano passado os pareceristas de projetos indígenas não recebiam pelas suas avaliações e as pessoas que tem experiência com esse tipo de trabalho não queriam mais fazer isso; solicita que a partir de agora conste nos editais que os pagamentos dos pareceristas serão feitos até trinta dias após a conclusão do trabalho; Ter pontuação nos formulários de avaliação que permita uma análise mais justa ao teor do conteúdo e da qualidade da proposta apresentada; sugere o valor da análise por projetos subir para cento e trinta reais; pois são muitos anexos, grandes currículos; garantir que os pareceristas sejam do Estado ou Região Norte, indicados pelas setoriais, em especial pela setorial de culturas indígenas.

Carlos Costa – Presidente do Conselho Municipal de Senador Guiomard e músico
Foi colocado há pouco pelo Anderson que os munícipios apresentaram maior número de projetos que a capital; Carlos acredita que esse número crescerá. Ano passado 34 projetos de Senador Guiomard foram aprovados, então reportando-se à fala do Lenine, diz que capital pode ter sim 50%, mas de acordo com o que está vendo nos municípios, volta ao que o Anderson colocou, de que jamais as coisas podem regredir, ela deve aumentar e não regredir. Sente falta da quantidade de vagas por município, que não viu detalhada nos

painéis e gostaria de saber qual o montante e quantos projetos para cada município. Não podemos diminuir recursos e nem pesar somente na capital.

Daniel Iberê – Concultura e Povos Originários
Ainda não conseguimos chegar nos territórios / busca ativa
Com os 5% que comecemos a pensar nos territórios, para que a política chegue aonde ainda não chegou.

Elane Cristine – o Plano de Aplicação é obrigatório estar no TransfereGov, então não se pode colocar municipalização porque primeiramente é preciso passar pelas escutas culturais, presenciais e online. A ideia da FEM é fazer de acordo com o proporcional de habitantes segundo o IBGE, igual foi feito no edital passado

Camila Cabeça – Sugere o município dar sua contrapartida social, colocando dinheiro do Fundo Municipal.
Precisamos falar sobre a perspectiva das quotas nos editais. Com relação às populações negras, não adianta recorrer ao avô ou avó, a gente sabe que passa pela cor da pele; se eu sofro violência, eu sofro racismo. Supostamente aconteceu isso até com quota LGBT.
Outro ponto, sobre as pessoas que tem endereço na cidade, como é que se vai conseguir dirimir essa grande agonia que é pessoa que não mora aqui mas vem executar, é injusto com os fazedores de cultura, pois vem pessoas de fora porque avô/avó fazem parte da quota, é preciso rever.

Veridiana Miranda – Dança
Convites para escuta ampliada de arte amanhã, pelo Conselho Municipal de Cultura; E sexta-feira a escuta da equipe de Patrimônio. No dia 18, no Cine Teatro Recreio, o Fórum Municipal Integrado.
Com relação aos pareceristas, concorda com Thadeu e Mirna quanto à pontuação ser melhorada. ASDAC teve duas notas máximas e uma zerada por alguém da gestão, provavelmente por alguém que chegou recentemente e não conhece o trabalho da Associação. Sugere cuidado na escolha das pessoas para darem parecer, pois foi colocado por um parecerista mal informado que o projeto não tinha abrangência regional, o que não é verdade.

Flávia Burlamaqui – Culturas Ayahuasqueiras
Com os anos temos avançado nesse processo de escuta, de construção coletiva, mas precisamos avançar mais. Propõe que no próximo ano seja feito o envio antecipado do material da PNAB para ser estudado e já trazerem uma proposta, pode haver uma projeção para se opinar com mais segurança.
Propõe que o valor mensal do subsídio dos espaços aumente de três para cinco mil reais.
Pergunta sobre o Cultura Viva se os recursos serão divididos entre os projetos e premiação.
Sobre a questão dos avaliadores, o bônus fará uma diferença grande nos resultados, a exemplo do que se viu no curso de Medicina da UFAC e vai facilitar os processos, inclusive administrativamente, e garantir que as pessoas, além da qualificação técnica, sejam pessoas daqui.

Elane – sobre o Cultura Viva, explica porque teve tantos rendimentos e sobras, teve outro edital, já está tendo rendimento de novo, porque quanto ao subsídio, metade sobrou o valor: de pontos tínhamos trinta vagas e só sete foram preenchidas, e aí tem toda uma reflexão, foram dez editais simultâneos, muitas informações, mesmo os que conseguiram fazer

projetos em oito editais precisam prestar atenção na prestação de contas depois, é muito trabalho. Então a primeira ideia do Cultura Viva é de pontos e pontões, o que chamam de PCC, ações a serem executadas. E como teve essa sombra e a gente tinha um tempo, porque era 30 de junho pra executar tudo e este ano que teve a regulamentação que retirou e ampliou prazo pra PNAB a gente fez premiação, porque premiação não precisa de prestação de contas, mas é para ações que já foram executadas. O Minc pediu que fosse feita uma reflexão com o próprio movimento para ver a questão das premiações, se tem o que já foi, mas não tem um produto a executar. Então a Roberta Martins, Presidente do Comitê Nacional de Cultura sugeriu uma reflexão junto com o movimento sobre esse número de premiações. Então fica aberto pra vocês, Cultura Viva pontos e pontões, é melhor fazer a premiação ou pegar pontos que já existam para que eles possam produzir durante o ano de 2025 e a gente possa tecer seleção sobre isso. PCC de pontos e pontões, só pessoa jurídica. Ah, acabou de sair a última regulamentação ficou 50% prêmio, 50% PCC, então já está pré-determinado.

Luiz Antônio Santiago – Capoeira
Sugere aplicação de maior objetividade com relação aos pareceristas e que se possa garantir o recebimento de notas justas. Sugere comissão por pares: quatro pareceristas, dois da comunidade local, dois do mais externo que a gente puder, pode ser da Amazônia Legal ou mesmo à nível nacional, mas das quatro notas tiraria a que mais se diferenciar.
Criar mecanismo para que entre um recurso e um critério, a pessoa que irá responder não seja obrigatoriamente a pessoa que deu aquela nota, para tornar o processo mais transparente, mais claro e mais objetivo.

Alessandro Borges (Poeta da Baixada) - Literatura
Fala sobre a complexidade dos editais, tem editais com dezesseis páginas ou dezesseis anexos e traz uma reclamação dos jovens da baixada, pela dificuldade da periferia em ler e entender esses editais, não tem habilidade ou facilidade de ser assessorado por alguém para preencher as informações.
Faz abordagem sobre as quotas, discorda e acha que as proporções devem ser niveladas, já que todos estão no mesmo patamar.
Sugere ainda um outro edital específico para quem realmente está fazendo o trabalho.

Edivaldo Domingos Kaxinawá – Cultura Indígena
Fala sobre sua experiência e que é a primeira vez que participa de um encontro assim, agradece pelo convite e manifesta-se mestre da cultura indígena, pajé, mestre da medicina tradicional. Solicita aumento para os mestres, pois hoje estão passando por muitas dificuldades. Faz pomadas e outros remédios, mostra alguns produtos e fala que precisa de ajuda para continuar seu trabalho.

Jocilene Barroso – Artes cênicas
Hoje mora em Acrelândia. Sobre os projetos nos municípios, sugere um olhar melhor para os municípios no momento de avaliar, a fim de saber o que é cultura e o que não é, porque se vê muitas coisas que não são cultura dentro dos projetos.

Eudiran Carneiro – Senador Guiomard / CIB Acre
Direitos adquiridos não regridem. Defende a municipalidade e concorda com parte da fala do Lenine, de que se deve avaliar cada situação, falando do trabalho que está sendo desenvolvido com recursos da PNAB em cada município.

Respondendo à Coordenadora do MinC no Acre, o município de Senador Guiomard tem convicção quanto às contrapartidas e vem executando com recursos próprios as ações de política cultural de formação: no momento há dez oficinas funcionando no município, na Biblioteca Pública, na Concha Acústica e na Praça da Juventude. Outra parte da política cultural que o município de Senador Guiomard também desenvolve é junto às escolas de tempo integral, com atividades culturais. E salvo engano, tirando Rio Branco e Cruzeiro do Sul, o município de Senador Guiomard será o primeiro a lançar edital com recursos do Fundo Municipal de Cultura. Lá o repasse é mensal, 6% do IPTU e do INSS, a Prefeita de Senador Guiomard investe sim com recursos próprios na cultura, pois sabemos que se assim não for feito, no próximo ano não recebemos o recurso da PNAB.

Elane Cristine– fala das participações de quem está acompanhando no chat, tanto no YouTube do Governo do Acre quanto da FEM:
Proposta da Professora Eurilinda Figueiredo – discutir formação de pareceristas e avaliadores, tanto por parte da gestão quanto da sociedade civil; que se inclua no contrato de avaliadores e pareceristas etapas de trabalho, incluindo participação em reuniões, avaliação pareceres e respostas aos recursos.
Proposta do Professor Cledir Amaral – que a proporção do quotista na sociedade deve ser a proporção adotada nos editais.
Elane esclarece que todos os editais no estado e no município são obrigados a seguir a minuta do MinC, sugere que enquanto não sai o segundo ciclo, escreva-se no Google "minuta PNAB Minc" e se baixam todas as minutas do Ministério. Nenhum estado ou município pode alterar o que está dentro da minuta, tem que seguir.

Edivaldo Domingos Kaxinawá – pergunta quem são os responsáveis pelos repasses aos povos originários nos municípios, porque os recursos não chegam às comunidades indígenas.

Juliano Feitosa – Espaço Cultural Área Viva (Km 36 da Transacreana)
Agradece ao Pajé Edivaldo pela ajuda que dão ao movimento e às pessoas envolvidas.
Sobre os pontos de cultura, muito importante a reconstrução, reconstituição do espaço cultural e das propostas; aprovaram um ponto de cultura agora, que foi uma premiação e que dá condições para recomporem e reconstruírem o que necessitam.
Para chegar nas pontas, nas aldeias, há dificuldades, é preciso ter uma ponte, um porto seguro, para vir e desenvolver e retornar com as soluções.

Daniel de Almeida, Mestre Curió – Capoeira
A capoeira sofre preconceitos culturais e não é vista com o respeito necessário. Por trás do capoeirista tem o educador social, tem o profissional que, mesmo não tendo cursado uma faculdade, precisa ser respeitado e tratado com igualdade. Deve-se olhar a capoeira como importante na cultura, tiveram o 8° Iê Camará, que teve como proposta trazer os 22 municípios do Acre para um evento de capoeira e tivemos duas mil pessoas no Horto Florestal e isso é a representatividade e a força da capoeira, como cultura, como profissão, ajudando nessa construção. Em relação aos avaliadores, as mesmas dificuldades, não consideram o capoeirista e seu portfolio adequado aos critérios técnicos estabelecidos. A Liga Acreana de Capoeira representa dezesseis grupos de capoeira do estado, além das pessoas informais. Apresenta um projeto e é reprovado, sob alegação de que a liga não tinha portfolio cultural.

Queli Carvalho - Elogia as políticas atuais do MinC e menciona que as avaliações da Lei Rouanet, por exemplo, ficam lá registradas para quem quiser ver. É favorável que o governo do Acre e as prefeituras acreanas, como estamos falando de recursos públicos e que existe uma lei nacional chamada Lei da Transparência, precisamos tornar as avaliações públicas; o parecerista tem que ser técnico, avaliar tecnicamente; com relação à fala do Alessandro, muitas pessoas se colocam como PCD (Pessoa com deficiência), mas enfatiza que PCD precisa apresentar laudo, não pode ser auto declaração. Precisamos aumentar a quota de PCD de 5% para 10%. Pergunta quando se vai voltar a discutir sobre valores, após a escuta em Cruzeiro. Acessibilidade cultural e linguagem simples, é lei. Onde está o intérprete de LIBRAS? Pensar em inclusão para os editais.

Lenine Alencar - Concorda com Queli Carvalho quanto à acessibilidade.
Nenhum direito a menos, direito conquistado é conquistado e se for pra mudar será para ampliar. O que havia proposto era ampliar recursos para garantir a demanda, porque é preciso considerar que Rio Branco tem uma grande demanda, mas não tem que tirar dos municípios. Precisa considerar a questão dos municípios, a gente sabe que em Senador Guiomard funciona diferente; mas, fazendo uma ação num outro município, uma ação grande, de levar 20 apresentadores de teatro não é fácil, e estamos fazendo isso há três anos, mas a própria gestão municipal de cultura não consegue dar conta daquilo que tem que fazer; pede-se parceria em termos de estrutura e não dinheiro. Se o município ou o fazedor de cultura tem um projeto consistente, como a Jocilene falou, que seja garantida a manutenção da atividade dele. Os municípios precisam ajudar, incluir os conselhos municipais de cultura para acompanhar os projetos dos seus municípios que são executados pela PNAB do Estado, o Estado não consegue ter pernas para alcançar lá.

Resposta do Augusto Hildalgo – Chefe do DFIC/ FEM: Isso que o Lenine falou a gente acabou de ouvir lá em Brasiléia, há contemplados que o pessoal nem sabe quem é; sugeri pra CIB que todo ano os projetos que vão pros pareceristas irão pro GoogleDrive; saiu o resultado final dos habilitados, vou separar a pasta de cada município, de projetos aprovados e vou mandar direto pro gestor municipal.

Mirna Naiara - Proposta que contemple os projetos indígenas em duas modalidades: 1ª) trajetória para os mais velhos, que valorize os de 50 anos ou mais, sem necessidade de contrapartida ou prestação de contas; 2ª) iniciativa para os mais jovens, porque como parecerista pode observar que muitos não tem condição de concorrer de igual com os anciões, teve muitas propostas de casa de feitio, de farmácia viva, de festival, de oficina e também tem direito de fazer, principalmente a juventude, de construir a sua trajetória, sem necessidade de contrapartida ou prestação de contas.
Equidade na distribuição de prêmios entre homens, mulheres e povos indígenas.
Indicação dos pareceristas no edital de premiação de culturas indígenas ser feita pela setorial de culturas indígenas. Que o edital indígena volte a ter 45 dias abertos para que se possa ter maior alcance da diversidade dos povos indígenas no Acre. São 23 mil pessoas organizadas entre mais de 20 povos indígenas, dois de recente contato. Ter uma comissão de hetero-identificação e que a indicação dessa banca seja feita também pela setorial de culturas indígenas, para que não haja pessoas não indígenas com propostas aprovadas. Essa avaliação não cabe aos pareceristas. Não serem aceitas inscrições de pessoas não indígenas no edital específico para povos indígenas e que também se mantenha as quotas para indígenas nas outras linhas de editais. E que se estimule as escritas de projetos por essas outras linhas pelas e para as pessoas indígenas.

Resposta do Professor Coracy – com relação a comissão de hetero-identificação, é bem complicado, tentou-se fazer isso na Universidade, mas é muito completo; devemos pensar numa melhor forma. Com relação a pessoas capacitadas para avaliar os projetos de povos originários, temos aqui alguém qualificado, que é o Iberê, não é preciso buscar lá fora.

Daniel Iberê – Sente-se contemplado nas falas da Mirna, apenas com relação aos jovens acredita que não se pode amarrar ainda a um fazer, mas sim garantir uma política de continuidade, a pontuação ir aumentando na medida do que é feito.
Precisa-se pensar com profundidade quanto aos processos de avaliação, melhorar, verificar onde está havendo problema, para que não sofram, nem a comissão e nem os parentes avaliados.
Simplificação do processo, reconhecimento na oralidade, conseguir fazer as buscas ativas tão sonhadas, chegar nos territórios, paridade, equidade, mulheres indígenas são prioridade pra nós e também com relação aos povos indígenas, não se quer concentrar em povo nenhum.
Com relação aos critérios de avaliação, considera importante que a FEM e o Conselho pensem juntos, bem como os fazedores, em estratégias para melhorar o processo. Importante garantir uma formação para os avaliadores dos projetos e assim que forem selecionados, entender que cada parecerista é um agente público, saber o que ele está fazendo e quais as suas responsabilidades como é que elabora um parecer, quando alguém solicitar um espelho de nota para seu parecer estar lá, que tudo fique vinculado no seu contrato porque ele é um agente público e será pago com recurso público. A formação serve também para quem submete o seu projeto, será um orientador para o próximo ano.
Anuncia a formação para pareceristas da Eita Pau Produções, inscrições abertas de 16 a 4 de julho.

Adelcimar dos Santos Silva (Cimar) – Movimento Junino
Sobre divisão proporcional, questiona um dado, falando sobre o edital de Arte e Patrimônio do ano passado foram 12% para Rio Branco, sendo que de acordo com os dados do IBGE seriam 44%. Concorda que o conquistado não pode sofrer regressão, mas é preciso entender de que forma está sendo feita essa conta. Vamos pensar juntos novamente.

Lenine Alencar -
Quanto à apresentação dos projetos, a questão da expertise, o conjunto de pessoas que atuam dentro de um projeto, o qual não deve ser avaliado apenas pela perspectiva de seu proponente e sim do conjunto desse projeto. Coloca uma ideia, na linha do Prêmio Sérgio Mamberti, e que as iniciativas culturais se regulamentem, se regularizem para poderem caminhar além e não fique apenas nos prêmios, porque vai chegar um momento em que a PNAB não terá mais ponto de cultura para dar prêmio. E não é só o que se fez lá atrás. É o que se faz agora e o que vai se fazer pro resto da vida. O PCC é um caminho que a gente tem no futuro e a gente precisa começar a pensar nele agora, porque tem um monte de pontos de cultura que estão sendo semeados agora pela FEM que vão receber seus trinta, sessenta mil reais e acabou o dinheiro. E como é que continua? Precisam entrar no PCC porque tem um limite, até 90 mil reais, o que da para fazer uma ação bem legal.

Camila Cabeça - Fala sobre a ESCULT (escult.gov.br) e o curso de pareceristas de 160 horas, com certificação. As inscrições encerram dia 30. Ensina a fazer o termo técnico correto etc. e tem outros cursos também, sugere que procurem fazer e forcem a barra dos conselhos, pois o Sistema Estadual de Cultura precisa estar fortalecido.

Elane Cristine – volta ao chat e à fala do Professor Cledir Amaral sobre as quotas do PCD que o Alexandre tinha falado, lê a contribuição de Cristina Maia sobre haver mais abrangência nas quotas PCD e exigir o laudo juntamente com o anexo.
Na sequência contextualiza um pouco sobre duas problemáticas encontradas com as quotas: uma, em que argumentam que se deve chamar o movimento negro etc. e só existem duas comissões de hetero-identificação no Acre: UFAC e IFAC e quando os editais foram lançados estavam em greve. Quando a professora Guida respondeu que poderia sim disponibilizar a comissão de hetero-identificação, mas que teria que ser paga. Isso aconteceu em todos os estados e a FEM não tem expertise para isso. Pela teoria, Elane é socióloga e Iberê também, poderiam fazer a comissão de hetero-identificação, e não é só pra negro, é pra povos originários também, mas nós dois não temos expertise para tal, aí só com UFAC e IFAC. E por que nenhum estado utiliza? Porque isso tem que conveniar e aí vem mais três meses, aí tem que fazer avaliação, isso tem mais um mês. Se vocês prestarem atenção, um concurso público demora até um ano ara finalizar, a FEM em 2024 teve 20: 5 da LPG, 5 do Fundo, dez da PNAB. Se a gente tivesse mais quatro meses, não estaríamos discutindo agora porque ainda não teríamos pago o ciclo anterior. Então como temos um prazo muito curto para os editais e o Minc cobra a gente pra lançar e pra pagar, fica inviável. E sobre a Cristina, o que ela falou no chat sobre os laudos, na LPG reunimos com o Concultura, CIB e a Comissão, quem pode avaliar laudo é comissão biopsicossocial, a FEM quase não tem servidor, são todos cedidos, terceirizados ou comissionados, não tem como fazer essa comissão. Nós estamos acostumados a falar de pessoas com deficiência física e sensorial, mas lembremos que temos trabalhadores e trabalhadoras da cultura com deficiência intelectual e essas pessoas, dependendo da sua situação, elas tem vergonha de mandar pra Fundação, uma pessoa que é psicótica, que é bipolar, que tem TDH e a gente não pode receber isso, pois se vaza vai todo mundo preso. Por isso o Minc colocou lá “autodeclaratório”. E a qualquer momento de fraude, não é pra FEM; o órgão fiscalizador é a CGU e o MPF, coloca no Google “denúncia MPF”, denuncia a pessoa que você sabe que está fazendo fraude. Pra questão de negros vocês podem fazer isso; pra questão de povos originários, se não tiver carta substanciada, vocês podem fazer isso também; agora, como a Camila falou, a maior denúncia que nós recebemos forma de pessoas ganhando ponto extra dizendo que eram LGBT e aí não se sabe o mecanismo para chegar pra pessoa e saber se ela é ou não. Então só peço um pouco de sensibilidade de todos, porque já fizemos várias consultas e tentativas.
A relação com os povos originários já avançou bastante desde 2019, os projetos podem ser orais, a equipe faz a transcrição do memorial, a equidade só existe pros povos originários, 50% pra homens, 50% pra mulheres e nos últimos editais as mulheres já estão passando. A gente tem um avanço desses num edital, a gente pode avançar nos outros também.

Edileuda Shanenawa (de Feijó) – Coordenadora da Associação de Professores dos Povos Indígenas do Acre
Sente-se contemplada com as falas da Mirna e do Iberê, mas com relação aos avaliadores, teve pessoas que concorreram ao prêmio e o avaliador colocou que a pessoa não era indígena. E é indígena. Quem vai fazer avaliação tem que conhecer os povos originários. Os prazos de editais são muito curtos, precisa ao menos trinta a quarenta e cinco dias com editais abertos.

Júnior Uchoa – Dança

Precisa-se corrigir os descritores, que já estão muito defasados; descritores da cultura, dos pareceristas, fazer novo regramento, novo direcionamento, é preciso fazer as correções pros erros não continuarem a se repetir.
Também é preciso rever e renovar o Sistema Estadual de Cultura para se atualizar junto com as novas propostas que estão surgindo.
Sugere uma pontuação a mais para todo fazedor que está na comunidade, está atuando, desde que consiga comprovar que está em processo constante de atuação.

Daniel de Almeida, Mestre Curió – Capoeira
Volta a falar sobre a capoeira ser respeitada, que é um dos maiores instrumentos de inclusão social, e onde se tem formação e educação. Lutam por igualdade.
Necessidade de haver um edital específico para a capoeira.
Chamar o poder público para um olhar crítico sobre a Lei Rouanet e o envolvimento dos empresários.

Antônio Rocha – dança
Sobre Prêmio e PCC, como o fazedor de cultura (pessoa física) poderá comprovar o que ele já fez se institucionalizar o grupo? Precisa criar um mecanismo de valorização desse fazedor de cultura no seu processo de construção.

Edivaldo Domingos Kaxinawá – Cultura Indígena
Presenteia o Professor Coracy com uma lança, defesa original do Pajé. Fazem uma foto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Elane Cristine – Agradece a presença de todos e lembra que as escutas culturais online ficarão abertas até sexta-feira e o próximo fórum, que é um fórum consolidado, será dia 16 em Cruzeiro do Sul. Agradece a SECOM e deseja boa noite.

É o relatório.

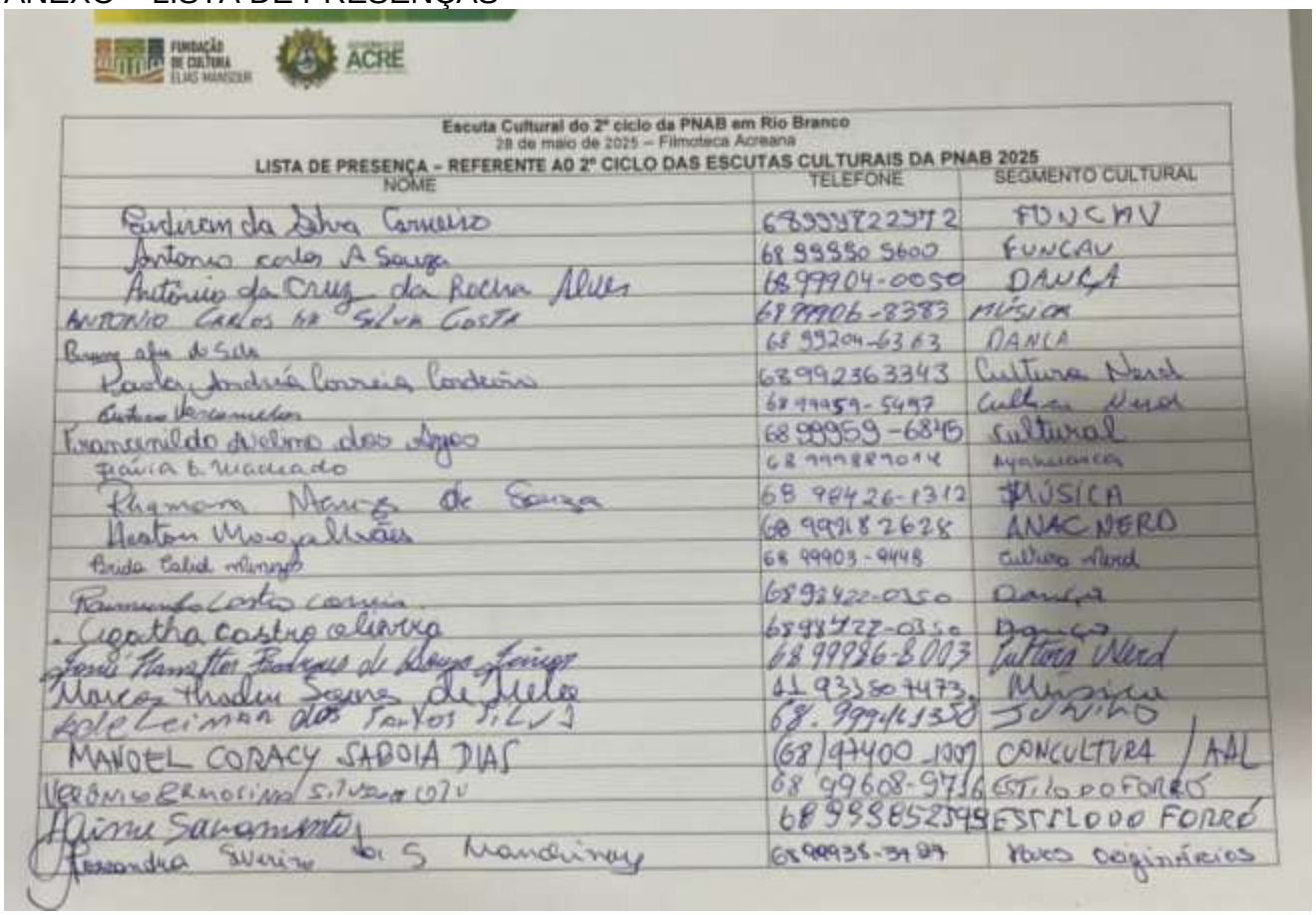
Rio Branco – AC, 18 de junho de 2025.

Elane Cristine Almeida da Silva
Chefe do Departamento de Políticas Culturais
VISTO

Relatório Fotográfico – Lucas Dutra

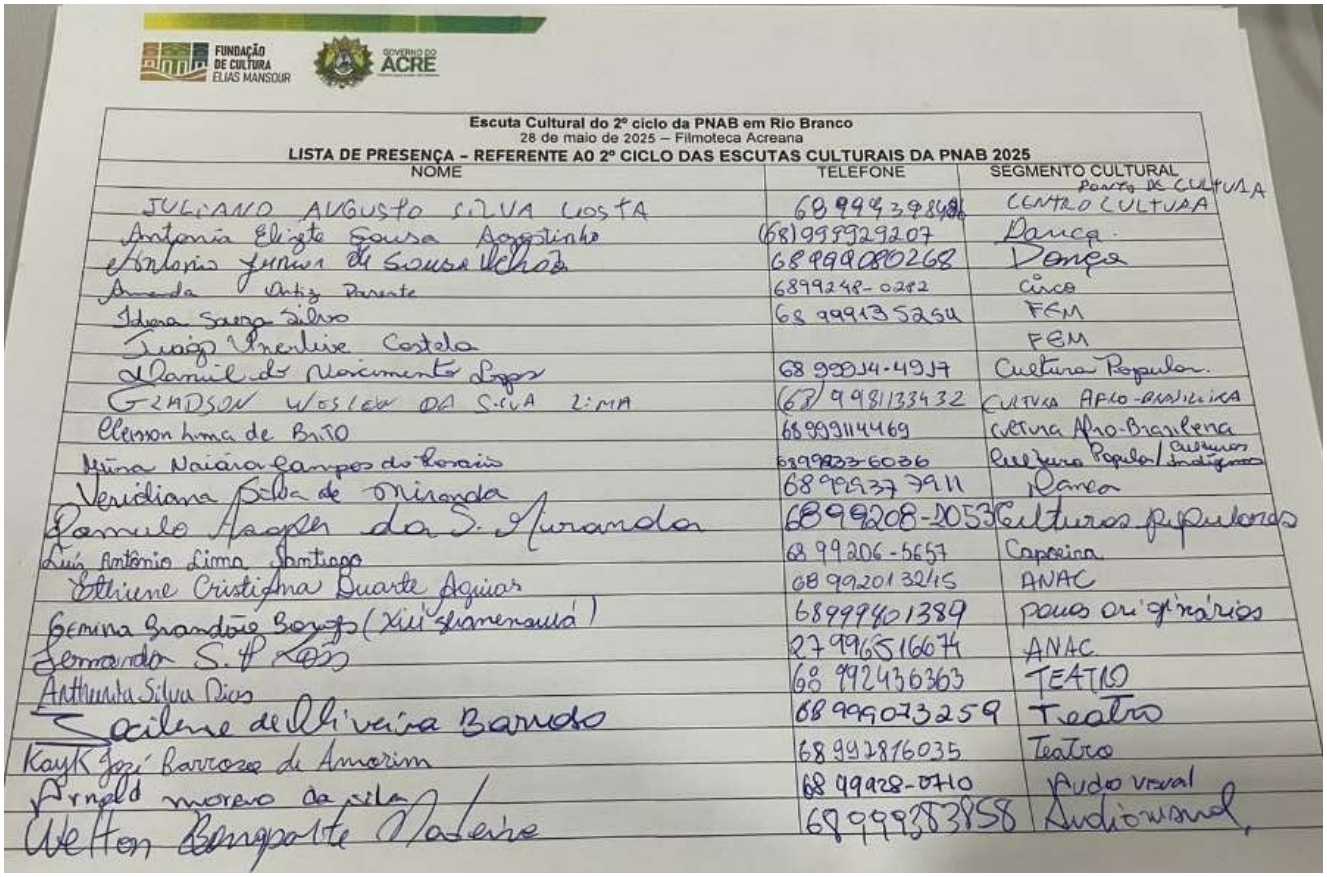
Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)
Plano de Aplicação/2025
2º Ciclo

ANEXO – LISTA DE PRESENÇAS



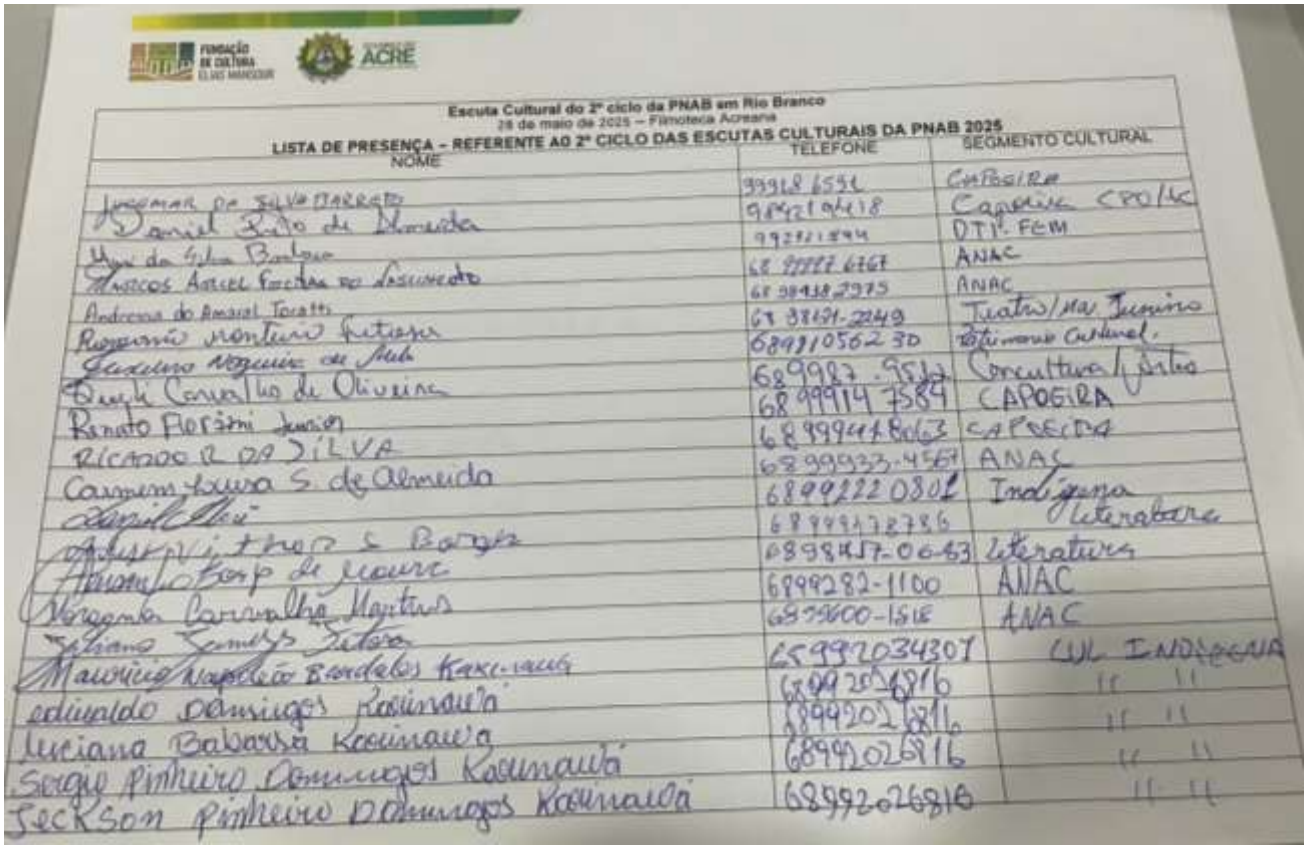
Escuta Cultural do 2º ciclo da PNAB em Rio Branco
28 de maio de 2025 – Filmoteca Acreana
LISTA DE PRESENÇA – REFERENTE AO 2º CICLO DAS ESCUTAS CULTURAIS DA PNAB 2025

NOME	TELEFONE	SEGMENTO CULTURAL
Pedrem da Silva Carneiro	68999822372	FUNCAV
Antonio carlos A Souza	68 99950 5600	FUNCAV
Antônio da Cruz da Rocha Alves	68 99904-0050	DANÇA
ANTONIO CARLOS DA SILVA COSTA	68 99906-8383	MÚSICA
Bruno alves da Silva	68 99204-6363	DANÇA
Paulo André Correia Cordeiro	68992363343	Cultura Nerd
Cultura Veramelho	68 99959-5497	Cultura Nerd
Franserildo Melo dos Anjos	68 99959-6845	cultural
Maria B. Macedo	68 999887014	Ayahuasca
Rhymma Nunes de Souza	68 98426-1312	MÚSICA
Hestan Moraes	68 99918 2628	ANAC NERD
Paulo Cabral Alencar	68 99903-9448	Cultura Nerd
Raimundo Costa Correia	68992422-0250	Dança
Cigatha Castro Oliveira	68992422-0250	Dança
Jonil Ramalho Barbosa de Souza Jonigo	68 99986-8003	Cultura Nerd
Marcos Thadeu Soares de Freitas	61 93150 7473	Música
Adeleiman dos Santos Silva	68. 99914 1330	Sonino
MANOEL CORACY SABOIA DIAS	(68) 97400 1007	CONCULTURA / AAL
VERONICA RAMOS SILVA COTA	68 99608-9716	ESTILO DO FORRÓ
Aline Sacramento	68 998852399	ESTILO DO FORRÓ
Alexandra Silveira dos S. Mandiruy	68 99935-3987	Povos Originários



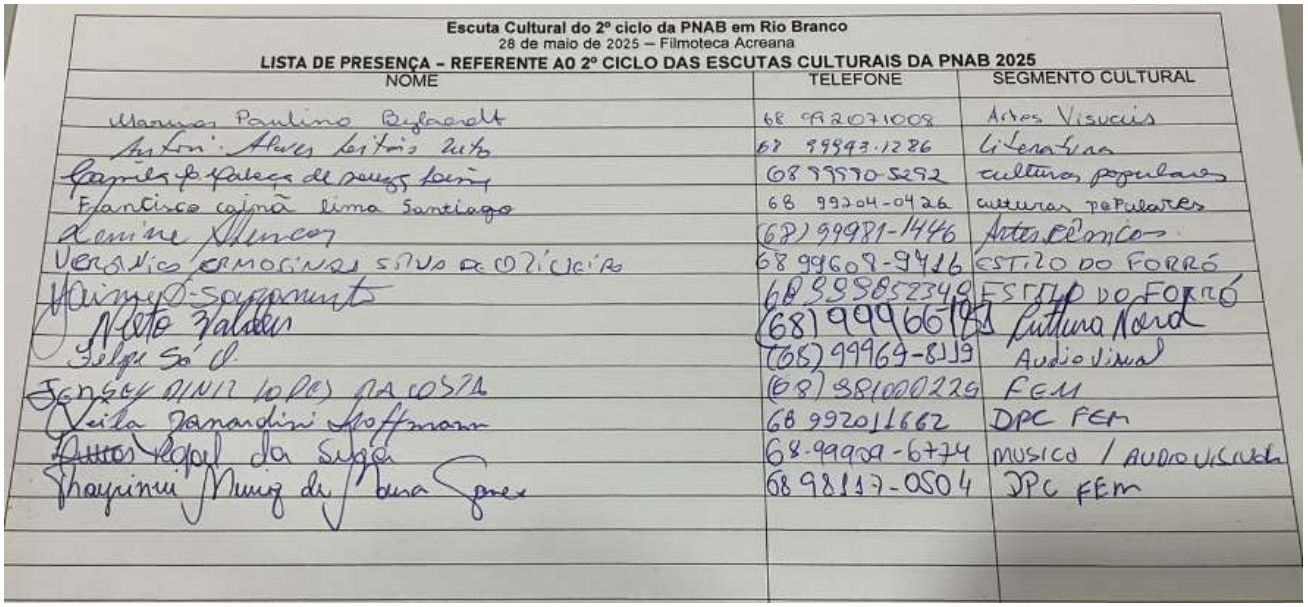
Escuta Cultural do 2º ciclo da PNAB em Rio Branco
28 de maio de 2025 – Filmoteca Acreana
LISTA DE PRESENÇA – REFERENTE AO 2º CICLO DAS ESCUTAS CULTURAIS DA PNAB 2025

NOME	TELEFONE	SEGMENTO CULTURAL
JULIANO AUGUSTO SILVA COSTA	68 999 398486	Ponto de Cultura CENTRO CULTURA
Antonia Elizete Sousa Agostinho	(68) 999929207	Dança
Antonio Junior de Sousa Melo	68 999080268	Dança
Amanda Ortiz Parente	6899248-0282	Circo
Idara Sousa Silva	68 99913 5254	FEM
Luiza Pinheiro Costela		FEM
Manuel do Nascimento Lopes	68 99954-4917	Cultura Popular
GRADSON WESLEY DA SILVA LIMA	(68) 998133432	CULTURA AFRO-BRASILEIRA
Cleison Lima de Brito	68 999114469	Cultura Afro-Brasileira
Nina Naiara Campos do Rosario	6899833-6036	Cultura Popular / Povos Indígenas
Veridiana Silva de Miranda	68 99937 7911	Dança
Romulo Aragão da S. Miranda	68 99208-2053	Culturas Populares
Luiz Antônio Lima Santiago	68 99206-5657	Capoeira
Ethiene Cristiana Duarte Aguiar	68 99201 3215	ANAC
Gemina Grandoie Borges (Xiã Kumenauá)	68999401389	Povos originários
Fernanda S. P. Reis	27 996516674	ANAC
Anthonia Silva Dias	68 992436363	TEATRO
Jacilene de Oliveira Barrado	68 99907 3259	Teatro
Kayk José Barroso de Amorim	68 992816035	Teatro
Arnold moreno da silva	68 99928-0710	Audio visual
Welton Bergparte Moreira	68 99983 3858	Audiovisual



Escuta Cultural do 2º ciclo da PNAB em Rio Branco
28 de maio de 2025 – Filmoteca Acreana
LISTA DE PRESENÇA – REFERENTE AO 2º CICLO DAS ESCUTAS CULTURAIS DA PNAB 2025

NOME	TELEFONE	SEGMENTO CULTURAL
Jucemar da Silva Barreto	99968 6551	Capoeira
Daniel Leão de Almeida	98921 94418	Capoeira CPO/AC
Ana da Silva Barbosa	99221 1844	DTI. FEM
Marcos Aurel Fachin do Nascimento	68 99982 6767	ANAC
Andreia do Amaral Toratti	68 98438 2975	ANAC
Rosemiro Monteiro Furtado	68 98491-2249	Teatro/Ma Junino
Jaxuma Nogueira de Melo	68991056230	Fotógrafo Cultural.
Daniel Carvalho de Oliveira	68 9987 9512	Concultura/Artes
Renato Florizmi Junior	68 99914 7584	CAPOEIRA
RICARDO R DA SILVA	68 99944 8063	CAPOEIRA
Carmen Laura S. de Almeida	68 99933-4567	ANAC
[illegible]	68992220802	Indígena
[illegible]	68 99991 72786	Literatura
[illegible] S Borges	68 9984 57-0663	Literatura
[illegible] Borges de Moura	68992821100	ANAC
Nazareno Carvalho Martins	68 99600-1516	ANAC
Juliano Gomes Sutra	65 99203 4307	CUL INDÍGENA
Mauricio Napoleão Bandeira Kaxinawá	68992026816	" "
eduardo Domingos Kaxinawá	68992026816	" "
Luciana Barbosa Kaxinawá	68992026816	" "
Sergio Pinheiro Domingos Kaxinawá	68992026816	" "
Jeckson Pinheiro Domingos Kaxinawá	68992026816	" "



Escuta Cultural do 2º ciclo da PNAB em Rio Branco
28 de maio de 2025 – Filmoteca Acreana
LISTA DE PRESENÇA – REFERENTE AO 2º CICLO DAS ESCUTAS CULTURAIS DA PNAB 2025

NOME	TELEFONE	SEGMENTO CULTURAL
Marcus Paulino Bylaardt	68 99207 1008	Artes Visuais
Antoni Alves Leitão Neto	68 99943.1286	Literatura
Camila de Paiva de Souza Lima	68 99990-5292	culturas populares
Francisco cajuá lima Santiago	68 99204-0426	culturas populares
Denise Mineiro	(68) 99981-1446	Artes Cênicas
Veranio Armosinas Silva de Oliveira	68 99609-9416	ESTILO DO FORRÓ
Maimyo Sacramento	68 99985 2349	ESTILO DO FORRÓ
Neto Valdez	(68) 99966 1183	Cultura Nord
Felipe Só O.	(68) 99969-8119	Audiovisual
Jonson Diniz Lopes da Costa	(68) 981000229	FEM
Leila Zanardini Hoffmann	68 992011662	DPC FEM
Arthur Regal da Silva	68 99909-6774	MUSICO / AUDIOVISUAL
Shayinna Muniz de Moura Gomes	68 98117-0504	DPC FEM

PRESENÇAS VIRTUAIS:

Carimbo de data/hora	NOME	TELEFONE	SEGMENTO CULTURAL
11/06/2025 18:59:42	Nolram da Rocha Costa	11932252803	Arte e Patrimônio Cultural
11/06/2025 19:00:33	Vânia Rocha	69992324328	Artes cênicas
11/06/2025 19:01:37	José Alberto da Silva Cos	68 99953-7086	CULTURAS URBANAS
11/06/2025 19:06:43	Cledir de Araújo Amaral	68 99998-3299	Patrimônio Cultural - Capoeira
11/06/2025 19:07:44	Associação Candeias de	68 99972-8955	Patrimônio Cultural - Capoeira
11/06/2025 19:08:37	Sâmia Helena	68992077203	Cultura afro-brasileira
11/06/2025 19:09:54	Eudiran da Silva Carneiro	68999822972	Produtor e Gestor Cultural
11/06/2025 19:16:34	Julia Lobato Pinto de Mo	68999850108	Patrimônio, Historiografia e Es
11/06/2025 19:18:08	Iakupã Apurinã	68999879282	Povos originários
11/06/2025 19:19:33	Denise Oliveira Carneiro	68999151173	Produtora
11/06/2025 19:22:00	Beatriz de Paulo Araujo	68 992924007	Teatro
11/06/2025 19:23:23	Vânia Rocha	69 992324328	Artes Cênicas
11/06/2025 19:26:12	Diana da Silva Dantas	99968-2074	Patrimônio Cultural
11/06/2025 19:26:25	Elias da Silva e Silva	68992822292	Teatro e Dança
11/06/2025 19:35:56	Netty França	68996020805	Teatro
11/06/2025 19:39:00	John herolde da Silva cor	68999385613	Teatro
11/06/2025 19:56:40	Maria Jaqueline Nascime	68 99229-8226	Teatro
11/06/2025 20:31:20	Matheus Alexandre Aguia	68999470081	Apresentações musicais de re
11/06/2025 20:36:43	Eurilinda Maria Gomes Fi	68 999050944	Culturas Indígenas, Literatura,
11/06/2025 20:43:57	Byanca Andrea Nascimen	68992318320	Patrimonio- cultura popular

Carimbo de data/hora	NOME	TELEFONE	SEGMENTO CULTURAL
11/06/2025 21:17:15	Neuza Cristina Maia dos	68999618088	Áudio visual